



PLANO DE GOVERNO

MUNICÍPIO DE VARGINHA

ZACARIAS PIVA

E

FERNANDA DAVID

2025/2028

“COLIGAÇÃO LIBERTA VARGINHA”

Partido Liberal, Progressistas, Republicanos, Podemos, Agir e Federação PSDB/Cidadania

Introdução

O poder e a força produzem justiça quando é exercido em prol das necessidades dos cidadãos, o nosso Plano de Governo representa a sociedade por meio de uma pesquisa qualitativa que deu voz aos munícipes, garantindo a sua liberdade e a democracia.

Sabemos por Jean Jacques Rousseau¹, que o progresso de um Estado de Direito, não se dá somente pela qualidade técnica de seus governantes, mas sim, pela consciência jurídica de seus cidadãos.

Esta carta são os anseios de problemas que se perpetuam há anos, e a ausência de resolução, marginaliza e exclui grande parcela da sociedade pelos governantes que continuam no poder nos últimos 50 anos.

Portanto, a proposta é fazer as vontades particulares convergirem, diminuindo a larga escala monetária social, considerando as liberdades e voz de toda a sociedade, estabelecendo o bem comum a todos os cidadãos.

Respeitar esta visão é preservar a democracia, é construir um governo em prol do povo, é o contrário da tirania, do poder pelo poder, que é negligente com aqueles que precisam de proteção política.

O governo “imperialista” é marcado pela morte do mais fraco, pela perda de direitos fundamentais e pela omissão com a sua população. Assim, entregamos nosso plano de governo com a consequência tranquila de que respeitamos cada munícipe e juntos vamos elevar a qualidade de vida e o bem estar de nossa população.

Este é o Plano de Governo do povo Varginhense.

Diagnóstico da Situação Atual

¹ ROUSSEAU, Jean Jacques, Economia – Moral e Política, p. 94.

Como cediço pela população varginhense nas últimas quatro décadas, com início em 1973, um grupo político tem início denominando Alísio Ribeiro de Almeida – prefeito com dois mandatos -, Eduardo Benedito Ottoni – com dois mandatos -, Dilzon Luís de Melo – com dois mandatos, Antônio Silva – com quatro mandatos – e Verdi Lúcio Melo – com dois mandatos.

Grupo este que se mantém unido e propõe os mesmos nomes e/ou sucessões hereditárias, blindando a participação de outros nomes que não se fazem parte desse “imperialismo”.

Daí partimos do princípio que esse denominado grupo, desde a sua criação, que foi interrompida por 12 (doze) anos por uma gestão petista, demonstrou indubitavelmente ser ineficiente, sobretudo quando se compara a nossa cidade de Varginha/MG à cidade vizinha de Pouso Alegre/MG.

Veja que em meados de 1973 Varginha/MG se pontuava melhor e muito à frente que a cidade de Pouso Alegre em todos os critérios e índices de desenvolvimento.

Assim surgem as propostas inseridas neste plano de governança onde possui como slogan “Varginha: 40 anos em 4”, justamente para demonstrar que uma gestão eficiente, voltada para a população – e não para um grupo político -, poderá elevar a cidade de Varginha/MG a níveis muito mais significativos.

De outro norte, fará com que esse raciocínio é uma prova cabal de que nos últimos 40 anos Varginha/MG perdeu a referência em investimentos, infraestrutura, saúde, educação, esporte, lazer, cultura, meio ambiente e etc.

Dessa forma, fazendo alusão à Constituição Federal de 1988, pautaremos nosso governo pelos preceitos entabulados em seu artigo 37, quais sejam Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência (LIMPE) e, assim, limparemos os resíduos de uma administração arcaica que, em grande magnitude, traz péssimos índices de desenvolvimento social e urbano.

Assim, firmo o compromisso com você Eleitor – Vamos organizar, planejar e projetar a cidade propiciando o crescimento urbanístico sustentável com mobilidade em todos os aspectos de humanização e dignidade, numa visão voltada para pequeno, médio e longo prazo, compromissado em elevar nossa cidade a níveis elevados de qualidade de vida.

Gestão Organizada

1. Prefeito
2. Conselho da Gestão Pública Municipal: 05 membros da sociedade civil com reputação ilibada e notório conhecimento de gestão pública e administração (sem remuneração).
3. Procurador Geral do Município.
4. Secretários:
 - 4.1. Secretaria de governo
 - 4.2. Secretaria de Saúde
 - 4.3. Secretaria da Educação
 - 4.4. Secretaria Esporte, Lazer e Turismo
 - 4.5. Secretaria Cultura
 - 4.6. Secretaria da Agricultura e da indústria
 - 4.7. Secretaria do Meio Ambiente
 - 4.8. Secretaria da Assistência e do Desenvolvimento Social: às Pessoas Deficientes e à Integridade da Mulher e do Idoso
 - 4.9. Secretaria do Planejamento, Desenvolvimento e habitação
 - 4.10. Secretaria da Segurança Pública
 - 4.11. Secretaria da Infraestrutura e do Transporte

É uma visão inovadora que visa, acima de tudo, inserir uma responsabilidade maior a cada secretaria, no intuito de descentralizar as ideias que envolvem as partes da sociedade, de modo que funcionarão com autonomia para fins de celeridade e eficiência na atuação face às necessidades sociais.

Das Ações Estratégicas

Saúde

No mesmo contexto de investigação do grupo que governa a cidade há mais de 40 anos, verificamos que todos, sem exceção, insistem em fazer um governo introspectivo, ou seja, para o grupo político – e não para a população propriamente dita. A parte mais sofrida diante de tudo isso, após os estudos, iremos priorizar o seguinte:

1. Adotar medidas estratégicas para majorar o percentual de funcionamento dos postos de saúde do município inserindo-os ao programa da saúde familiar (PSF).
2. Criação de um centro de atendimento integrado para pessoas deficientes de modo a lhes prestar assistência e auxílio social e médico, bem como servirá de apoio àquelas crianças portadoras de câncer e outros.
3. Ampliação e universalização do Programa de Saúde Bucal, visando a melhoria substancial da saúde bucal da população varginhense em parceria com os órgãos estaduais e federais do setor.
4. Por meio de negociação permanente, de articulação e construção de parcerias com o Ministério da Saúde, consolidar a implantação no município dos seguintes programas: Saúde do Jovem, Geriatria Social e Fisioterapia para a terceira idade; Gestão da Política de Saúde, Saúde do Trabalhador, Saúde da Criança, atenção à saúde do idoso e atenção à saúde das Pessoas Deficientes.
5. Integração das universidades, centros universitários e de mais instituições de ensino superior – por meio de estágios orientados e programas de extensão universitária – às ações de saúde e aos

programas e projetos relacionados diretamente com a melhoria da qualidade de vida da população.

6. Aquisição e disponibilização de veículos para melhorar o transporte de nossos pacientes;
7. Fortalecer e incrementar e apoiar a APAE bem como outras associações assistenciais que compõem o Terceiro Setor.
8. Intensificar o trabalho na prevenção contra o suicídio e redução de danos à saúde mental com enfoque nos jovens, com atuação nas escolas como meio de prevenção ao bullying.
9. Promulgação de Decreto Executivo para fins de acelerar a normatização da Lei da Transparência na Saúde, de modo a oferecer ao cidadão acesso ao sistema de cadastro de cirurgias, medicamentos, exames e outros procedimentos.
10. Instauração de Pronto Atendimento geral e abrangente no Hospital Bom Pastor para atender todos os tipos de urgências gerais.
11. Estabelecer a parceira no atendimento de urgência e emergência no Hospital Regional na especialidade de cardiopatias e neurologia.
12. Implementar política de não recebimento tributário de fundações hospitalares englobadas pelo Terceiro Setor.
13. Inserção da Farmácia Viva para distribuição de medicamentos, inclusive com a necessária contratação de farmacêuticos bem como estabelecer o Comitê Permanente para discutir a cesta de medicamentos do município.
14. Instituir controle de ponto para médicos, inclusive com interferência do Ministério Público bem como realizar a contratação, em caráter emergencial, de médicos volantes, a fim de evitar a lacuna profissional, de modo a resolver também o problema de cobertura de férias e licenças diversas, o que também ocorre.
15. Estabelecer uma política de transporte sanitário, onde as linhas de transporte coletivo público levem em conta o acesso dos territórios às Unidades de Saúde da Família. E estabelecer a gratuidade para alguns grupos.
16. Cada novo loteamento aprovado pela SEPLA deve ser informado, com a expectativa de residentes, à Divisão de Atenção Primária e à Coordenação Administrativa e Financeira, a fim de que possam estruturar e compreender a demanda por saúde no Município.

17. Ampliar o atendimento a dependentes químicos no enfrentamento de suas dependências por meio da constituição de parcerias com o governo estadual.
18. Estabelecer e fixar o piso constitucional aos auxiliares de enfermagem com a criação de planos diferentes de carreira entre técnicos e auxiliares.
19. Fazer cumprir a lei de 60 dias para atendimento oncológico.

Educação

1. Valorizar e capacitar os professores proporcionando a eles bolso estudo, reconhecendo seus méritos com premiação e promoção.
2. Plano de Cargos e Carreira, inseri-lo na legislação.
3. Aderir ao “Ideb na escola”, como é feito no estado, o que ajuda a verificar a progressão da aprendizagem em razão das metas e dá transparência para as famílias.
4. Expandir a rede CEMEI (creche), de modo a reduzir filas de espera bem como garantir ensino integral em toda a rede municipal com profissionais próprios, diminuindo, portanto, os profissionais terceirizados.
5. Implantar critérios de avaliação internacional como o Pisa e garantir educação em tecnologia - como programação - desde as fases iniciais bem como garantir psicólogos e assistentes sociais em todas as escolas municipais, de forma permanente, inclusive com eventuais substitutos para coibir também a prática de violência nas escolas.
6. Promover e aplicar mecanismos de educação inclusiva a fim de garantir acesso igualitário a todos, reduzindo drasticamente, portanto, a rotatividade de alunos regulares e os índices de bullying na rede municipal de educação.
7. Fomentar a utilização de mecanismos tecnológicos nas escolas, de modo a oferecer um ensino amplo, técnico e assertivo a fim de se reestabelecer índices satisfatórios nas avaliações periódicas de

ensino, que alcançam números extremamente preocupantes desde meados de 2017.

8. Estabelecer parcerias com os governos federais e estaduais motivadas por angariar o repasse de recursos adicionais para os municípios para aumentar a oferta de vagas em creche para crianças em situação de pobreza.
9. Fomentar o pleno funcionamento de todas as instituições escolares por meio de reiteradas manutenções e fiscalizações preventivas bem como viabilizar ampliações necessário ao bom funcionamento dessas instituições.
10. Promover políticas públicas de ampla acessibilidade àqueles alunos necessitados calcada no fortalecimento e na potencialização do serviço de apoio e acompanhamento à inclusão.
11. Revisar as condições de plano de carreira e salário e de trabalho dos profissionais da educação para fins de otimização do aprendizado dos alunos e do desempenho desses profissionais por meio da oferta de cursos de especialização e de pós-graduação.
12. Criação da escola cívico-militar, implantando-a aos mesmos níveis da já existente no Brasil, como política ideológica partidária.

Esporte, Lazer e Turismo

1. Implantar uma política esportiva que incentive o atleta a desenvolver seu espírito de cidadania para que tome consciência do seu papel no processo de transformar o esporte em um poderoso meio de impulsionar as mudanças e as transformações sociais e econômicas.
2. Conscientizar os cidadãos – sobretudo, a juventude - de que o esporte é uma poderosa ferramenta pedagógica de afastamento das violências, das drogas e da marginalidade corroborando com a inclusão e a integração social dos jovens a uma vida comunitária saudável.
3. Analisar a viabilidade de se adquirir novos meios de transportes de atletas para competições intermunicipais.

4. Organizar as atividades de lazer e competições objetivando a educação e a reeducação social das crianças e adolescentes para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, utilizando todos os equipamentos específicos sob a coordenação de técnicos e especialistas das respectivas áreas como forma de incentivar as práticas esportivas.
5. Fomentar e fiscalizar o Conselho Municipal de Esporte com vistas a otimizar a formulação e as diretrizes da política municipal de esportes.
6. Criar novas diretrizes esportivas que fomentem a prática de atividade física para grupos específicos, tais como a terceira idade, de modo a lhes assegurar a disponibilização de recursos básicos de infraestrutura para a realização de suas atividades, tais como: contratação e disponibilização de profissionais qualificados em academias ao ar livre para a condução de aulas e revisões periódicas dos equipamentos instalados nas praças públicas para garantir seu pleno e bom funcionamento, garantindo, assim, o acesso harmonioso ao esporte.
7. Realizar revisões preventivas e periódicas em pontos chave do município com o objetivo de atrair a atenção de turistas e visitantes.
8. Fortalecer e dinamizar o Conselho Municipal de Turismo, que será o órgão de formatação e definição de diretrizes e prioridades da política municipal de turismo.
9. Criar um sistema municipal de informações turísticas que permita uma constante avaliação do comportamento econômico do setor.
10. Criar o Fundo Municipal de Apoio ao Turismo, objetivando fomentar e apoiar os empreendimentos turísticos no âmbito do município, principalmente no desenvolvimento do ecoturismo associado à educação ambiental.
11. Estimular e apoiar todas as formas do turismo rural, criando as condições para que as fazendas produtoras de café possam implantar, em suas sedes, pousadas e hotéis fazenda, onde o turista possa desfrutar do seu conforto e usufruir as atrações gastronômicas típicas oferecidas.
12. Integrar a política municipal de turismo e todas as iniciativas dela decorrentes às iniciativas, ações e projetos que estão sendo

implementados e executados nos circuitos turísticos existentes no âmbito regional.

13. Investir na divulgação do potencial turístico do município.
14. Criação da Fundação do Esporte no VTC para fins de atração de recursos das esferas estadual e federal e de outros entes esportivos, objetivando atender atletas varginhenses e da região, de modo a implantar em Varginha/MG um centro de esporte de alto nível aos patamares internacional, que, sem dúvida, acarretará em dividendos para o Município.
15. Treinamento e capacitação dos jovens de 16 a 21 anos como guias turísticos para atuarem na informação e na condução de turistas nos veículos e meios de transporte dos visitantes.

Cultura

1. Fomentar apresentações artísticas de cunho social que vinculem famílias e jovens carentes como mecanismo de ascensão social e política de prevenção à violência, às drogas e à moradia de rua, de modo a cadastrar esses cidadãos e oferecer profissionais técnicos para fins de auxílio e atendimento.
2. Fortalecer e instrumentalizar o Conselho Municipal da Juventude, que será o órgão responsável pelo estabelecimento da política municipal da juventude.
3. Resgatar o protagonismo juvenil por meio das artes, da cultura e da metodologia *maker* – Movimento *Maker*.
4. Sensibilizar, motivar, mobilizar e identificar os jovens em situação de risco social, excluídos das perspectivas alçada do primeiro emprego e de acesso ao emprego e às oportunidades de trabalho, objetivando orientá-los para os cursos de capacitação, de formação e de qualificação profissional e técnica, tendo em vista inseri-los nas atividades esportivas, culturais e turísticas, visando dar-lhes oportunidades para que possam ingressar no mercado de trabalho e na cadeia produtiva.
5. Criar e implementar no âmbito das atividades culturais, esportivas e turísticas, uma política municipal de juventude, transformando os

- jovens em agentes do seu próprio processo de promoção social e econômica, desenvolvendo as suas potencialidades para que se tornem empreendedores e líderes de novas experiências e alternativas no contexto da economia solidária.
6. Implantar no Município o Programa Primeira Oportunidade, a partir de todas as atividades geradas no esporte, na cultura e no turismo, em articulação com os programas semelhantes dos governos estaduais e federais e com a iniciativa privada.
 7. Revitalização do projeto “Cidade Criativa de Varginha”, enfatizando a cultura como mecanismo e instrumento da criação e oportunidades de trabalho, geração de emprego e renda e instrumentalização para o empreendedorismo. A cultura como vertente do processo de desenvolvimento sustentável do Município.
 8. Implantar no contexto programático das escolas de ensino básico e fundamental o ensino, a valorização e a preservação do patrimônio cultural e natural, e desenvolver programa especial de estímulo ao potencial artístico de alunos e professores.
 9. Estimular projetos de educação musical para crianças e adultos.
 10. Apoiar a criação de bibliotecas comunitárias nos bairros, assim como programas de ampliação e atualização de acervos e de informatização e gerenciamento nas unidades existentes.
 11. Apoiar programas de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento profissional para administradores e agentes culturais nas diversas áreas.
 12. Criar, em conjunto com a iniciativa privada, circuitos para apresentação de espetáculos e realização de mostras, festivais, oficinas, workshops nas áreas de teatro, música, cinema, cultura popular e artes plásticas.
 13. Apoiar programas de intercâmbio com profissionais e experiências de outros municípios e estados nas diversas áreas de produção artística e cultural.
 14. Desenvolver uma ação cultural libertadora, que contribua para o desenvolvimento da consciência crítica da população, principalmente no que se refere à preservação do patrimônio cultural, material e imaterial.

15. Preservar o patrimônio histórico e cultural do Município, pela coleta e pesquisa permanentes de materiais, informação e documentos, pela sistematização e estocagem de dados e pela recuperação e restauração de peças e documentos de valor comprovado para a memória da cidade.
16. Organizar a produção cultural do Município pela reciclagem e treinamento das pessoas, grupos, órgãos e entidades, dilatando as perspectivas de mercado, renda e trabalho para os produtores e jovens trabalhadores culturais.
17. Manter a memória, assegurar a permanência e revitalizar as manifestações da cultura afro-brasileira, do folclore, dos jogos e festas incorporadas definitivamente às tradições locais e regionais.
18. Promover estudos e pesquisas sobre as diversas manifestações culturais e artísticas e criar um acervo sobre o Município, em parceria com instituições científicas e universitárias.
19. Criar registros fotográficos, videográficos e escritos sobre as entidades e atividades de folclore e festividades.

Agricultura e Indústria

1. Gestão da Articulação do Agronegócio com a Agricultura Urbana e Periurbana.
2. Gestão do Fomento e Apoio à criação do Ambiente de Negócios e Inserção de Novos Investidores para a Economia do Município.
3. Gestão de Fomento, Incremento e Apoio à Economia Criativa e à Economia Solidária, ao Associativismo e Cooperativismo comunitários.
4. Gerência de Apoio Estratégico e Técnico à Inclusão Produtiva Urbana e Rural.

5. Realização anual do Encontro de Investidores, com a presença de investidores convidados especiais selecionados após criteriosa pesquisa junto aos órgãos de instituições de informação no mercado.
6. Instituição da Associação Cooperativa de Economia Solidária das Doceiras de Varginha, integrando as doceiras das comunidades varginhenses fabricantes artesanais dos doces típicos mineiros e regionais (Doce de Leite, pé de moça, goiabada, doce de abóbora, doce de mamão, pé de moleque, compotas, rocambo e etc.)
7. Instituição da Associação Cooperativa de Economia Solidária dos Fabricantes de Licores Artesanais de Varginha (Licores de Café, de Pequi, de Jabuticaba, de Amora e de Pitanga).
8. Instituir a Cidade Sustentável para Todos, cuja a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos seus cidadãos.
9. Adotar diretrizes e as providências técnicas e coordenar as ações e atividades e interagir com os atores e protagonistas para a elaboração do Plano Diretor Municipal e Democrático.
10. Definir, priorizar e elaborar diretrizes básicas para o estabelecimento da estratégia de planejamento do Município no processo de integração ao desenvolvimento regional, principalmente na participação compartilhada e na viabilização técnica e financeira para projetos e empreendimentos de interesse comum dos demais municípios da região.
11. Estimular a agricultura comercial com a elaboração de um plano de desenvolvimento tecnológico para agroindústria regional.
12. Ampliar e fortalecer a equipe técnica da Secretaria de Agricultura que presta assistência técnica e apoio aos produtores rurais do município.
13. Campanhas de incentivos a instituições municipais de acolhida, vacinação e castração de animais domésticos bem como a criação de parcerias com a iniciativa privada para convergir em atendimentos e outros procedimentos necessários aos animais em situação de rua, concedendo benefícios aos particulares parceiros.
14. Iniciar tratativas com empresas para a melhoria e amplitude das linhas áreas domésticas do Município, com fulcro na qualidade do

serviço e no barateamento de passagens visando maior atratividade para os cidadãos e turistas.

15. Instituir parceria com médios e pequenos empreendedores para auxílio e fomento de suas atividades, visando o crescimento comercial do Município e a instituição de uma rede cooperativista entre esses profissionais.
16. Trabalhar em parceria com empresas de grande porte a fim de aumentar a atratividade de empresas multinacionais e internacionais para fins de aumentar o fluxo de transporte e angariar maiores dividendos para a construção de novas vias de escoamento e transporte.
17. Pavimentação asfáltica nas vias principais do meio rural que compõe o território do município.

Meio Ambiente

1. Instituir políticas públicas de fiscalização severa quanto ao descarte indevido de lixo e entulhos em lotes, beira de rios e córregos. (coleta seletiva)
2. Fiscalizar de forma abrangente os lotes do município com vista a notificar os proprietários infratores de modo a manter a cidade sempre limpa e reduzir drasticamente as ocorrências com animais peçonhentos.
3. Fiscalizar a erradicar o lixo nas vias públicas e realizar o controle de pragas visando diminuir os diagnósticos de doenças infecciosas por vetores.
4. Criar um plano de mapeamento e controle de focos de queimadas de modo que os proprietários que forem notificados acerca da limpeza de seus lotes deverão atender à notificação com urgência. Caso contrário, haverá a incidência de multa legal, sem prejuízo de sanções cíveis e criminais aos proprietários na hipótese de queimadas nesses lotes já notificados.
5. Fomentar instituições privadas acerca do cultivo de mudas com a concessão de benefícios fiscais.

6. Apoiar e fortalecer as políticas de gestão sustentável de resíduos, coleta seletiva e reciclagem para reduzir o impacto ambiental e promover uma economia circular.
7. Estabelecer um projeto ambiental junto à COPASA para reduzir e extirpar quaisquer desperdícios oriundos de vazamentos, encanamentos antigos e estender saneamento básica e água tratada a toda a população varginhense.
8. Revitalização dos parques do município com vistas à proteção adequada às atividades ecológicas de educação ambiental bem como garantir que as condições desses espaços públicos sejam atrativas à realização de esportes, de lazer, de turismo e de atividades relacionadas à educação.
9. Priorizar as ações ao Parque São Francisco e Rio Verde.

Ações estratégicas para Assistência e Desenvolvimento Social

1. Criar o plano municipal de política para as mulheres por meio do diálogo entre Poder Público e Sociedade Civil no processo de reconhecimento e reflexão sobre a realidade das mulheres no contexto da cidade, na identificação de suas demandas e potencialidades.
2. Fomentar, em conjunto com os órgãos de segurança pública, campanhas de erradicação da violência doméstica e do feminicídio com vista a trazer equidade nas relações sociais com as mulheres.
3. Constituição de um grupo de apoio e acolhida às mulheres vítimas de violências de diversas formas, fomentando a partilha e a literatura reflexiva como suporte social.
4. Promover cursos e oficinas que serão destinados a jovens e mulheres excluídos(as) do mercado de trabalho por falta de habilitação profissional, promovendo o desenvolvimento e valores para a própria comunidade, como artesanatos em geral, cursos de tecnologia da informática, cursos de educação para o empreendedorismo, gastronomia, música e etc.
5. Criação do programa de Apoio ao Autista com o viés de oferecer acesso a cultura, esporte, lazer, apoio social e psicossocial e acesso ao mercado de trabalho.

6. Fortalecer e ampliar o atendimento já existente no CRAAS e CAPS bem como criar novas oportunidades dentro da assistência social para beneficiar a comunidade.
7. Maior incentivo à terceira idade com a promoção de eventos para socialização e lazer, tais como forrós, hidroginástica, crochês e jogos de raciocínio – xadrez, bingo e etc.
8. Oferecer amparo ao Lar dos Idosos por meio de campanhas de arrecadação de vestimentas, alimentos, produtos e insumos a fim de potencializar a qualidade de vida desses cidadãos.
9. Criar junto ao departamento de assistência social um núcleo de apoio às pessoas deficientes de maneira a desenvolver projetos e angariar recursos voltados para esse setor, junto ao governo estadual e federal.
10. Ampliar a inclusão de jovens deficientes no mercado de trabalho por meio da criação de políticas afirmativas de promoção à equidade.
11. Aprimorar e fiscalizar o direito à segurança, à habitação, ao saneamento, ao transporte, à saúde, ao trabalho com vistas a maximizar a aplicação de direitos fundamentais a esses cidadãos.

Planejamento, Desenvolvimento e Habitação

1. Criação e expansão de programas para construir e financiar moradias a preços acessíveis para famílias de baixa renda.
2. Estímulo à colaboração com empresas privadas para desenvolver projetos habitacionais que atendam a diferentes faixas de renda.
3. Programas para regularizar terrenos e imóveis em áreas informais, garantindo segurança jurídica para os proprietários.
4. Facilitação do processo de documentação e registro de imóveis para promover a formalização e a valorização das propriedades.
5. Implementação de normas rígidas de construção e segurança para garantir a qualidade das habitações.
6. Investimento em infraestrutura essencial como água potável, esgoto, energia elétrica e pavimentação nas áreas habitacionais.

7. Incentivo a construções sustentáveis e eficiência energética em projetos habitacionais.
8. Projetos para revitalizar áreas urbanas degradadas e transformá-las em zonas residenciais atrativas e seguras.
9. Criação e melhoria de espaços públicos e áreas verdes nas novas e antigas zonas habitacionais.
10. Desenvolvimento e revisão de planos de zoneamento para garantir um uso do solo eficiente e equilibrado.
11. Integração de políticas habitacionais com planejamento urbano, transporte e serviços para criar bairros coesos e bem planejados.
12. Criação de programas de recuperação para imóveis deteriorados, especialmente em áreas históricas ou de interesse cultural.
13. Desenvolvimento de projetos habitacionais específicos para grupos vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de risco.
14. Garantia de que novos projetos habitacionais atendam aos requisitos de acessibilidade e inclusão para todos os moradores.
15. Realização de consultas públicas e envolvimento da comunidade no planejamento e execução de projetos habitacionais.
16. Desenvolvimento de programas educativos para sensibilizar a população sobre a importância da manutenção da moradia e da preservação do ambiente urbano.
17. Implementação de sistemas de monitoramento e controle para garantir a transparência e a eficiência na execução de projetos habitacionais.
18. Realização de avaliações periódicas para ajustar políticas e programas conforme as necessidades e resultados obtidos.
19. Aplicação de tecnologias inovadoras na construção e gestão de habitação para melhorar a eficiência e reduzir custos.
20. Integração de conceitos de cidades inteligentes em novos projetos habitacionais, como infraestrutura conectada e soluções de mobilidade sustentável.
21. Rever o índice indexador do IPTU incidente sobre os imóveis de modo a adequar aos valores reais, corrigindo injustiça praticada

pelo efeito “bolha imobiliária”, inclusive proporcionando a negociação desses impostos atrasados e já inscritos em dívida ativa.

Segurança Pública

1. Promover programas de investimento no efetivo na Guarda Municipal de forma a otimizar a segurança educativa dos cidadãos, visando diminuir os níveis de atividade repressiva do município por meio de políticas públicas instrutivas.
2. Atuar junto ao governo federal e estadual para aumentar o efetivo policial bem como conquistar novos equipamentos e viaturas.
3. Melhorar a segurança nas áreas rurais da cidade onde muitos agricultores e famílias têm sido vítimas de roubos e furtos.
4. Maximização da instalação e manutenção de sistemas transparentes de administração de câmeras de vigilância em todo o perímetro urbano investindo mais recursos mediante a celebração de parcerias público-privadas.
5. Fiscalizar os administradores dos sistemas de segurança e vigilância de modo a facilitar a ciência dos cidadãos quanto aos resultados e informações obtidos por esses sistemas.
6. Recrutamento e treinamento de mais policiais para garantir uma presença visível e eficaz nas comunidades.
7. Implementação de estratégias de patrulhamento mais visíveis, incluindo policiamento a pé e em bicicleta em áreas de alta incidência criminal.
8. Uso de tecnologia para análise de dados e identificação de padrões de crime, ajudando na prevenção e resposta rápida.
9. Criação de uma central de operações que integre todas as forças de segurança e facilite a comunicação e coordenação em situações de emergência.
10. Desenvolvimento de programas comunitários para prevenir o envolvimento com o crime, como atividades para jovens e campanhas educativas.
11. Estímulo a parcerias entre a polícia, escolas, organizações comunitárias e empresas para implementar projetos de segurança e prevenção.

12. Programas específicos para proteger grupos vulneráveis, como crianças e idosos, e programas de apoio às vítimas de crimes.
13. Oferecimento de treinamento contínuo para policiais sobre técnicas de combate ao crime, direitos humanos e gestão de conflitos.
14. Treinamento específico em novas tecnologias e sistemas de inteligência utilizados na segurança pública.
15. Revisão e atualização dos procedimentos e protocolos de policiamento para garantir que sejam eficazes e justos.
16. Investimento em equipamentos modernos e tecnologia de ponta para melhorar a eficácia das operações policiais.
17. Coordenação estreita com o sistema judiciário para assegurar que os criminosos sejam processados e punidos de forma justa e eficiente.
18. Propostas para revisão e reforço das penalidades para crimes graves e reincidências.
19. Criação de programas de intervenção e suporte para vítimas de violência doméstica e abuso de substâncias.
20. Campanhas educativas para a prevenção de violência doméstica e uso de drogas, visando reduzir o estigma e incentivar a busca de ajuda.
21. Formação de conselhos de segurança comunitária para promover o diálogo entre a população e as forças de segurança.
22. Estabelecimento de um canal de comunicação para que os cidadãos possam relatar preocupações, fazer denúncias e sugerir melhorias.
23. Estabelecimento de parcerias com outras instituições, como o Ministério Público e ONGs, para a implementação de projetos integrados de segurança.
24. Cooperação com outras cidades e estados para a troca de informações e melhores práticas no combate ao crime.
25. Implementação de métricas e indicadores para avaliar a eficácia das políticas e ações de segurança pública.
26. Produção de relatórios regulares sobre a situação da segurança pública e o impacto das medidas adotadas, para transparência e ajustes contínuos.

27. Desenvolvimento de programas para a reabilitação e reinserção social de ex detentos, visando reduzir a reincidência criminal.
28. Iniciativas para apoiar a inclusão social e econômica de indivíduos em situação de risco, reduzindo a probabilidade de envolvimento com o crime.

Infraestrutura e do Transporte

1. Desenvolvimento de um cronograma regular para a manutenção e reparo de ruas e estradas, identificando e recuperando as vias deterioradas e de alta demanda.
2. Modernização de infraestruturas e a atualização de redes de água, esgoto e drenagem para garantir eficiência e prevenir alagamentos.
3. Expansão e Melhoria das Linhas de Transporte.
4. Acessibilidade para garantir que todos os meios de transporte público sejam acessíveis a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
5. Construção e expansão de ciclovias para promover o uso da bicicleta como meio de transporte.
6. Projetar a viabilidade dos anexos de um anel Rodoviário, e outro gargalhos internos a exemplo do complexo viário do Automóvel Clube, bem como executá-los.
7. Melhorias para pedestres com a criação e manutenção de calçadas seguras, bem iluminadas e acessíveis.
8. Modernização e revitalização de terminais de ônibus, para melhor atendimento e conforto.
9. Desenvolvimento de projetos que considerem a proteção de áreas verdes e a redução da poluição.

10. Elaboração de projetos sustentáveis de curto, médio e longo prazo para infraestrutura e transporte com orçamentos detalhados para a execução.
11. Monitoramento contínuo da execução dos projetos de infraestrutura para garantir a qualidade e o cumprimento dos prazos e monitoramentos de obras inacabadas no município.
12. Realização de consultas públicas para envolver a comunidade na elaboração e revisão dos planos de infraestrutura e transporte com transparência na divulgação de informações sobre projetos em andamento e planos futuros para manter a participação cidadã.
13. Revitalizar o centro comercial, com parcerias entre os proprietários dos imóveis estabelecendo política pública e adequação dos valores de alugueres, mobilizando prestação dos serviços públicos para o centro contribuindo pela atração e frequência da população até ao centro comercial.

Fazenda e Economia

Atrair investimentos macro econômicos a exemplo das grandes indústrias, com incentivos fiscais, é o caminho seguro para qualquer economia sustentável.

A geração de emprego e renda será o forte dessa administração.

A busca de recursos das esferas Federal e Estadual, propiciará a realização das grandes obras, gerando divisas, emprego e renda, direta e indiretamente.

Adequar com urgência os gastos públicos diante dos reflexos que virão da reforma tributária.

Rever toda forma de arrecadação tributária a modo de não sacrificar a população e o município de alto sustentar.

Melhorar sobremaneira o PIB.

Este plano de governo será adaptado às condições e às prioridades específicas do município durante o mandato, sempre com o auxílio de técnico que detém conhecimento científico para cada área administrativa.

Também haverá a colaboração entre diferentes órgãos, a participação da comunidade, principalmente do Conselho administrativo composto por cinco membros da sociedade civil que buscarão por soluções inovadoras e essenciais para garantir um desenvolvimento sustentável e eficiente da nossa cidade.

Assim, sob as bençãos e proteção de Deus entregamos à apreciação de todos, mormente a Justiça Eleitoral, o nosso Plano de Governo, que visa acima de tudo o bem estar e a felicidade do nosso povo.

Varginha (MG), 10 de agosto de 2024.